

SUMÁRIO

NOTA À QUARTA EDIÇÃO	15
NOTA À TERCEIRA EDIÇÃO	17
PREFÁCIO	19
<i>Edvaldo Brito</i>	
Capítulo I	
CONSTITUIÇÃO E SUPREMACIA CONSTITUCIONAL	25
1. Constituição e Constitucionalismo	25
2. A supremacia da Constituição e o caráter vinculante e imperativo das normas constitucionais	30
3. A unidade normativa da Constituição	36
Capítulo II	
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: A GARANTIA DA SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO	39
1. Considerações iniciais	39
2. Conceito, pressupostos e legitimidade democrática do Controle de Constitucionalidade	40
2.1. Conceito	40
2.2. Pressupostos	41
2.2.1. A Constituição formal	41
2.2.2. A Constituição como norma jurídica fundamental, rígida e suprema ...	41
2.2.3. A previsão de um órgão competente	42
2.3. O Controle de Constitucionalidade e sua legitimidade democrática ante o novo paradigma do Estado Democrático de Direito. Breves anotações	43
Capítulo III	
ANTECEDENTES HISTÓRICOS E EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	63
1. O sistema “americano” da <i>judicial review of legislation</i> ou “difuso” de controle de constitucionalidade e o <i>leading case William Marbury v. James Madison</i> ...	65
2. O sistema “austríaco” ou “concentrado” de controle de constitucionalidade. A contribuição de Kelsen	76
3. A evolução do controle de constitucionalidade no Brasil	85
3.1. A Constituição de 1824	85
3.2. A Constituição de 1891	86
3.3. A Constituição de 1934	88
3.4. A Constituição de 1937	89
3.5. A Constituição de 1946	89
3.6. A Constituição de 1967/1969	90
3.7. A Constituição de 1988	91

Capítulo IV

MODELOS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	95
1. Quanto ao parâmetro do controle	95
2. Quanto ao objeto do controle	96
3. Quanto ao momento da realização do controle	97
4. Quanto à natureza do órgão com competência para o controle	98
5. Quanto ao número de órgãos com competência para o controle	100
6. Quanto ao modo de manifestação do controle	101
7. Quanto à finalidade do controle	103

Capítulo V

CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE	105
1. O controle difuso-incidental de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional	105
2. A provocação do controle difuso-incidental de constitucionalidade	106
2.1. A ação popular como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade	108
2.2. O mandado de segurança como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade	109
2.3. A ação civil pública como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade	110
2.4. O mandado de injunção como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade	119
2.4.1. Origem e considerações gerais a respeito do instituto	119
2.4.2. Objeto	127
2.4.3. Legitimidade ativa	128
2.4.4. Legitimidade passiva	129
2.4.5. Competência	130
2.4.6. Decisão e seus efeitos	132
3. A legitimidade para provocar o controle difuso-incidental de constitucionalidade	144
4. A competência para realizar o controle difuso-incidental de constitucionalidade ...	145
5. O procedimento do controle difuso-incidental de constitucionalidade	147
6. Os efeitos da decisão no controle difuso-incidental de constitucionalidade	149
7. O controle difuso-incidental de constitucionalidade e a suspensão da execução do ato pelo Senado Federal	151

Capítulo VI

CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE	163
1. O controle concentrado-principal de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional ...	163
2. Conceito e tipos de inconstitucionalidade	164
3. A provocação do controle concentrado-principal de constitucionalidade: as Ações Diretas	171
4. A intervenção de terceiros no processo de controle concentrado de constitucionalidade – a intervenção do particular, do co-legitimado e do “amicus curiae” NA ADI, ADC e ADPF	175

SUMÁRIO

4.1. A intervenção do particular	176
4.2. A intervenção do co-legitimado	178
4.3. A intervenção do “amicus curiae”	181

Capítulo VII

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	189
1. Origem, conceito e finalidade	189
2. Legitimidade <i>ad causam</i>	190
3. Competência	195
4. Parâmetro e objeto	199
5. Procedimento. A Lei nº 9.868/99	210
6. Decisão e efeitos	213

Capítulo VIII

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO	223
1. Origem e generalidades	223
2. Natureza, finalidade e procedimento	224
2.1. Possibilidade de medida cautelar	227
3. Legitimidade <i>ad causam</i> e competência	228
4. Parâmetro e objeto	229
4.1. A omissão inconstitucional: conceito e características	229
4.2. Momento em que ocorre a omissão inconstitucional	232
4.3. A omissão inconstitucional e suas modalidades	233
4.3.1. Omissão inconstitucional total e parcial	234
4.3.2. Omissão inconstitucional formal e material	239
4.3.3. Omissão inconstitucional absoluta e relativa	239
4.4. As omissões controláveis	240
4.5. A omissão inconstitucional no Direito Comparado	241
4.6. O controle da omissão inconstitucional e a Constituição de 1988	244
5. Decisão e seus efeitos	248
6. Distinções entre a “ação direta de inconstitucionalidade por omissão” e o “mandado de injunção”	256

Capítulo IX

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE INTERVENTIVA	259
1. Origem, conceito e finalidade	259
2. Legitimidade <i>ad causam</i>	260
3. Competência	261
4. Parâmetro e objeto	261
5. Procedimento	262
6. Decisão e efeitos	263

Capítulo X

AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE	265
1. Origem, conceito e finalidade	265
2. Legitimidade <i>ad causam</i>	266

3. Competência	267
4. Parâmetro e objeto	267
5. Procedimento. A Lei nº 9.868/99	268
6. Decisão e efeitos	270

Capítulo XI

ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO

DE PRECEITO FUNDAMENTAL	271
1. Origem, delineamento constitucional e generalidades do instituto	271
2. A parametricidade da argüição de descumprimento: os Preceitos Constitucionais Fundamentais	278
3. Conceito de “descumprimento” na argüição	282
4. Modalidades da argüição de descumprimento	284
5. Argüição direta ou autônoma	286
5.1. Legitimidade <i>ad causam</i>	286
5.2. Competência	291
5.3. Procedimento. A Lei nº 9.882/99	292
5.4. Medida liminar	295
5.5. Objeto. Os atos ou omissões controláveis	296
5.5.1. Atos normativos	297
5.5.2. Atos não normativos	299
5.5.3. Atos municipais	300
5.5.4. Atos anteriores à Constituição	301
5.5.5. Atos políticos	303
5.5.6. Projetos de leis ou de emendas constitucionais	305
5.5.7. Ato de interpretação e aplicação do regimento interno do Legislativo incompatível com o processo legislativo	308
5.6. Decisão e seus efeitos	309
6. Argüição incidental	314
6.1. Legitimidade <i>ad causam</i>	317
6.2. Objeto	319
6.3. Controvérsia constitucional relevante	320
7. O caráter subsidiário da argüição de descumprimento. O significado e alcance do § 1º do art. 4º da Lei nº 9.882/99	322
8. A argüição de descumprimento de preceito fundamental e as omissões do poder público	330

Capítulo XII

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NOS ESTADOS-MEMBROS	335
1. Considerações Gerais	335
2. O controle de constitucionalidade difuso-incidental nos Estados	335
3. O controle de constitucionalidade concentrado-principal nos Estados	340
BIBLIOGRAFIA	345